

Praça Independência, 100 CEP 13370-000 RAFARD-SP

CNPJ (MF) 44.723.757/0001-89 D TELEFONE: (19) 3496 7520 -SP FAX: (19) 3496 7539

PROCESSO N.º 2249/1/2024

EDITAL N.º 29/2024

PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS N.º 25/2024

Torna-se público que a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RAFARD**, realizará licitação objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS**, conforme modalidade, forma, critério de julgamento e modo de disputa indicados no quadro abaixo, nos termos da Lei n.º 14.133/2021, do Decreto Municipal n.º 84/2023, o qual pode ser acessado através do link https://rafard.sp.gov.br/wp-content/uploads/2024/04/DECRETO-84.pdf conforme comunicado GP n.º 03/2024 do TCESP, aplicando, no que couber, subsidiariamente o Decreto Federal n.º 11.462/2023, e demais normas aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Modalidade e Forma	PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS
Apresentação de Proposta	Até 17/09/2024 às 09h00min (horário de Brasília)
Abertura da licitação	17/09/2024 às 09h30min (horário de Brasília)
Critério de Julgamento	✓ Menor Preço ☐ Maior Desconto ☐ Por item ☐ Por lote ✓ Global
Modo de Disputa	
Intervalo mínimo de diferença entre os lances	R\$ 10,00 (dez reais)
Benefícios ME/EPP	Sim. Vide condições no Edital e Termo de Referência Não. Valor estimado superior (§1º art. 4º da Lei n.º 14.133/2021)
Permitida a participação de consórcio	☐ Sim ⊠ Não
Garantia de proposta (art. 58 da Lei n.º 14.133/2021)	☐ Sim ⊠ Não
Valor Estimado da Contratação	R\$ 1.743.466,00 (um milhão setecentos e quarenta e três mil quatrocentos e sessenta e seis reais)
Sistema Eletrônico	BLL - Bolsa de Licitações do Brasil
Locais em que serão divulgadas	https://rafard.sp.gov.br/licitacoes/
informações sobre o certame	https://bll.org.br/
Pedidos de esclarecimentos e	licitacao@rafard.sp.gov.br
impugnações	https://bll.org.br/



CNPJ (MF) 44.723.757/0001-89

Praça Independência, 100 TELEFONE: (19) 3496 7520 CEP 13370-000 RAFARD-SP FAX: (19) 3496 7539

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é o **REGISTRO DE PREÇOS** visando a prestação de **"SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO E MANUTENÇÃO DE ATIVOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA"**, incluindo o fornecimento de material, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no ANEXO III Termo de Referência, deste edital.
- 1.2. O critério de julgamento será o indicado no quadro acima e quando da licitação dividida em itens, o licitante poderá participar em quantos itens forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que compõem o lote escolhido.

2. DO REGISTRO DE PRECO

2.1. As regras referentes a eventuais órgãos participantes, bem como a possibilidades de futuras adesões, se for o caso, constarão na minuta de Ata de Registro de Preços conforme Anexo II deste edital.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que preencham as condições estabelecidas neste edital e que estiverem previamente credenciados perante o provedor do sistema eletrônico da BLL Bolsa de Licitações do Brasil https://bll.org.br/.
- 3.2. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará exclusivamente por meio do sistema eletrônico da **BLL**, através de manifestação de operador formalmente designado.
- 3.3. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.
- 3.4. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a **BLL** ou ao órgão promotor da licitação a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5. O licitante se compromete a:

3.5.1. Responsabilizar-se, formalmente, pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive, os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros;



CNPJ (MF) 44.723.757/0001-89

Praça Independência, 100 TELEFONE: (19) 3496 7520 CEP 13370-000 RAFARD-SP FAX: (19) 3496 7539

3.5.2. Acompanhar as operações do sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo órgão promotor da licitação ou de sua desconexão;

- 3.5.3. Comunicar ao provedor do sistema, qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso;
- 3.6. No caso de dúvida quanto à utilização da plataforma da **BLL**, utilizar o suporte técnico através do telefone 0(41) 3097-4600 ou através do e-mail <u>contato@bll.org.br</u>.
- 3.7. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no sistema relacionado no item anterior e de mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.8. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.9. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei n.º 14.133/2021 e para o microempreendedor individual MEI, nos limites previstos da Lei Complementar n.º 123/2006 e conforme disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei n.º 14.133/2021.
- 3.10. Além das vedações estabelecidas pelo art. 14 da Lei n.º 14.133/2021, não será permitida a participação do licitante:
- 3.10.1. Que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.10.2. Agente público do órgão licitante nos termos do §1º do art. 9º da Lei n.º 14.133/2021;
- 3.10.3. Entidades do terceiro setor assim classificadas como Organização da Sociedade Civil OSC, atuando nessa condição;
- 3.10.4. Reunido em consórcio, salvo se autorizado no quadro constante do preâmbulo deste edital.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.2. No cadastramento da proposta inicial o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:



CNPJ (MF) 44.723.757/0001-89

Praça Independência, 100 TELEFONE: (19) 3496 7520 CEP 13370-000 RAFARD-SP FAX: (19) 3496 7539

4.2.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

- 4.2.2. Não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição Federal;
- 4.2.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.2.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei n.º 14.133/2021.
- 4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei n.º 14.133/2021.
- 4.4.1. No caso de item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.4.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n.º 123/2026, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 4.4.3. Caso o valor estimado da presente licitação seja superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme informação constante no preâmbulo do edital, não serão aplicadas as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da LC n.º 123/2006, nos termos do quanto disposto no §1º do art. 4º da Lei n.º 14.133/2021.
- 4.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.2 a 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas em lei, em especial na Lei n.º 14.133/2021 e neste Edital.



CNPJ (MF) 44.723.757/0001-89

Praça Independência, 100 TELEFONE: (19) 3496 7520 CEP 13370-000 RAFARD-SP FAX: (19) 3496 7539

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a(s) proposta(s) inserida(s) no sistema, até a abertura da sessão pública.

- 4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.9. Se o sistema assim permitir, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.9.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.9.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.10. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço e percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.10.1. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão promotor da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.11. As declarações que o sistema não facultar em campo próprio devem ser apresentadas pelo licitante detentor da melhor proposta com seus documentos de habilitação.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos, conforme o caso:
- 5.1.1. Valor unitário e total do lote;
- 5.1.2. Quantidade;
- 5.1.3. Marca/fabricante, quando for o caso.



CNPJ (MF) 44.723.757/0001-89

Praça Independência, 100 TELEFONE: (19) 3496 7520 CEP 13370-000 RAFARD-SP FAX: (19) 3496 7539

- 5.1.4. Poderão ser juntados pelo licitante catálogos, prospectos, manuais, etc, que comprovem que o produto ofertado atende as especificações do edital, sendo vedado, contudo a apresentação de documentos que identifique o licitante, sob pena de desclassificação da proposta.
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.2.1. Não será admitida a cotação de quantitativo inferior ao previsto para a contratação, salvo se devidamente expresso no Termo de Referência.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto, de acordo com a Súmula 10¹ do TCE/SP, sendo que o proponente será responsável por quaisquer ônus decorrente: marcas, registros e patentes ao objeto cotado quando for o caso.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, desde que observado o disposto na legislação vigente (art. 17 e art. 18 da Lei Complementar n.º 123/2006).
- 5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.9. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contar da data de sua apresentação.

¹ Súmula nº 10: O preço final do produto ofertado pelos proponentes deve incluir os tributos e demais encargos a serem suportados pelo ofertante



CNPJ (MF) 44.723.757/0001-89

Praça Independência, 100 TELEFONE: (19) 3496 7520 CEP 13370-000 RAFARD-SP FAX: (19) 3496 7539

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente ou por permissão do pregoeiro em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado conforme critério de julgamento indicado no quadro constante no preâmbulo deste edital.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior, conforme o caso, ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.9. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado e indicado no quadro do preâmbulo deste edital.
- 6.10. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.



CNPJ (MF) 44.723.757/0001-89

Praça Independência, 100 TELEFONE: (19) 3496 7520 CEP 13370-000 RAFARD-SP FAX: (19) 3496 7539

6.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

- 6.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.10.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.11.4. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço ou maior desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 6.12.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.12, poderão os licitantes que apresentaram as 3 (três) melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.



CNPJ (MF) 44.723.757/0001-89

Praça Independência, 100 TELEFONE: (19) 3496 7520 CEP 13370-000 RAFARD-SP FAX: (19) 3496 7539

6.12.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

- 6.12.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.12.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.12.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.12.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12.7. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores ou decrescente de desconto, conforme o caso.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor ou desconto, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou maior desconto registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico do órgão promotor da licitação e do sistema do pregão.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será identificado pelo sistema as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006.



CNPJ (MF) 44.723.757/0001-89

Praça Independência, 100 TELEFONE: (19) 3496 7520 CEP 13370-000 RAFARD-SP FAX: (19) 3496 7539

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

- 6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.18.5. Os procedimentos indicados nos itens 6.18 a 6.18.4 não serão levados em consideração quando o valor estimado da licitação superar o limite de enquadramento para empresa de pequeno porte, nos termos do §1º do art. 4º da Lei n.º 14.133/2021 e item 4.4.3 deste Edital.
- 6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133/2021.
- 6.19.2. Persistindo o empate, será aplicado o disposto no §1º do art. 60 da Lei n.º 14.133/2021.
- 6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.20.1. No caso de licitação por lote, na contratação posterior de item específico que compõe o lote, serão observados os preços unitários máximos como critério de aceitabilidade.
- 6.20.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo, salvo no caso de situação excepcional a ser indicada no Termo de Referência.



CNPJ (MF) 44.723.757/0001-89

Praça Independência, 100 TELEFONE: (19) 3496 7520 CEP 13370-000 RAFARD-SP FAX: (19) 3496 7539

6.20.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

- 6.20.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.20.5. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.21. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, prazo esse que é o mesmo para apresentação dos documentos de habilitação conforme disposto no item 8.5.
- 6.21.1. Poderá ser exigida ainda a decomposição dos custos unitários com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.21.2. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.22. Após o envio da proposta readequada, amostras (quando for o caso) e dos documentos de habilitação, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

- 7.1. Após o envio da proposta readequada e dos documentos de habilitação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei n.º 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 7.1.1. Sistema Apenados mantido pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (https://www4.tce.sp.gov.br/apenados/publico/#/);
- 7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS, e Cadastro Nacional de Empresas Punidas CNEP, disponíveis em https://certidoes.cgu.gov.br/.
- 7.2. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.



CNPJ (MF) 44.723.757/0001-89

Praça Independência, 100 TELEFONE: (19) 3496 7520 CEP 13370-000 RAFARD-SP FAX: (19) 3496 7539

7.3. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o disposto neste edital.

- 7.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos.
- 7.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.5.1. Contiver vícios insanáveis;
- 7.5.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência; apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.5.3. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.5.4. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.6.1. A inexequibilidade, neste caso, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta e que inexistem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.7. No caso de serviços de engenharia, poderão ser consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução, devendo, contudo, a exequibilidade ser comprovada pela licitante quando da apresentação de sua proposta readequada.
- 7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta.
- 7.9.1. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;



CNPJ (MF) 44.723.757/0001-89

Praça Independência, 100 TELEFONE: (19) 3496 7520 CEP 13370-000 RAFARD-SP FAX: (19) 3496 7539

7.9.2. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

- 7.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 7.11. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.11.1. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 7.11.2. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 7.11.3. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado.
- 7.11.3.1. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 8.1. Para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei n.º 14.133/2021, serão exigidos os documentos previstos no Anexo I deste edital.
- 8.2. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, serão aceitas como válidas as expedidas até 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.
- 8.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;
- 8.3.1. Caso o licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de habilitação de ambos os estabelecimentos.
- 8.4. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.



CNPJ (MF) 44.723.757/0001-89

Praça Independência, 100 TELEFONE: (19) 3496 7520 CEP 13370-000 RAFARD-SP FAX: (19) 3496 7539

8.5. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, com a proposta readequada conforme disposto no item 6.21.

- 8.6. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, nos termos do art. 64 da Lei n.º 14.133/2021 para:
- 8.6.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 8.6.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 8.7. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.7.1. Verificada falha por parte do licitante acerca da juntada, antes da sessão inaugural de licitação, de documento de qualificação fiscal, social e trabalhista que ateste condição preexistente, fica autorizada ao agente de contratação, pregoeiro ou comissão de contratação, conforme o caso, a realização das diligências necessárias a fim de complementar tais documentos, não sendo tal providência considerada inclusão posterior de documentos.
- 8.8. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, ele será inabilitado e o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.5.
- 8.9. A comprovação de regularidade fiscal e/ou trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, porém, será obrigatória durante a fase de habilitação a apresentação dos documentos indicados no Anexo I, ainda que veiculem restrições impeditivas à referida comprovação.
- 8.9.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação e homologação do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação com emissão de certidões negativas ou positivas com efeito de negativas.
- 8.9.2. A não regularização da documentação no prazo previsto no item anterior implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais, procedendo-se à



CNPJ (MF) 44.723.757/0001-89

Praça Independência, 100 TELEFONE: (19) 3496 7520 CEP 13370-000 RAFARD-SP FAX: (19) 3496 7539

convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório.

- 8.9.3. Os benefícios tratados nesse item não serão aplicados quando o valor estimado da licitação superar o limite de enquadramento para empresa de pequeno porte, nos termos do §1º do art. 4º da Lei n.º 14.133/2021 e item 4.4.3 deste Edital.
- 8.10. Os documentos assinados digitalmente a partir de sistema informatizado prevendo acesso por meio de chave de identificação e senha do interessado ou com assinatura digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ICP-Brasil possuem presunção legal de veracidade com os mesmos efeitos da assinatura manuscrita reconhecida em cartório, podendo a qualquer tempo serem solicitados ao licitante os respectivos arquivos para validação, se for o caso.
- 8.11. Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no edital, o licitante será habilitado e declarado vencedor do certame.
- 8.12. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável uma única vez por igual período, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei n.º 14.133/2021.
- 9.1.1. Acompanhada da Ata de Registro de Preços, a empresa deverá apresentar os Termos de Ciência e Notificação, conforme artigo 2º, inciso III, das Instruções n.º 01/2020, acrescido pela Resolução n.º 11/2021 e o comprovante de cadastro no CadTCESP nos termos da Resolução n.º 21/2022 do TCE-SP.
- 9.2. A ata de registro de preços poderá ser assinada eletronicamente no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ICP-Brasil ou através de sistema eletrônico disponibilizado pelo órgão promotor da licitante.
- 9.3. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 9.4. A Ata de Registro de Preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas e no sítio eletrônico do órgão promotor da licitação.



CNPJ (MF) 44.723.757/0001-89

Praça Independência, 100 TELEFONE: (19) 3496 7520 CEP 13370-000 RAFARD-SP FAX: (19) 3496 7539

9.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.6. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

- 10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e dos licitantes que mantiverem sua proposta original.
- 10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
- 10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
- 10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses legalmente admitidas.

11. DOS RECURSOS

- 11.1. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis contados da data de intimação ou de lavratura da ata e observará o disposto no art. 165 da Lei n.º 14.133/2021.
- 11.2. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 11.2.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, no prazo de 10 (dez) minutos, sob pena de preclusão;
- 11.2.2. O prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação que ocorrerá exclusivamente pelo sistema;



CNPJ (MF) 44.723.757/0001-89

Praça Independência, 100 TELEFONE: (19) 3496 7520 CEP 13370-000 RAFARD-SP FAX: (19) 3496 7539

11.2.3. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da divulgação da interposição do recurso a ser realizada pelo sistema, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

- 11.3. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 11.4. O recurso será dirigido ao pregoeiro ou à autoridade que proferiu a decisão recorrida, que poderão reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento dos autos.
- 11.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 11.6. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.7. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 12.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
- 12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 12.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 12.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 12.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 12.1.2.4. Deixar de apresentar amostra, se for o caso;
- 12.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 12.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, inclusive quanto a documentação visando a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das micro e pequenas empresas;



CNPJ (MF) 44.723.757/0001-89

Praça Independência, 100 TELEFONE: (19) 3496 7520 CEP 13370-000 RAFARD-SP FAX: (19) 3496 7539

- 12.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 12.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 12.1.5. Fraudar a licitação;
- 12.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 12.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 12.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 12.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 12.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/2013.
- 12.2. Com fulcro na Lei n.º 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 12.2.1. Advertência;
- 12.2.2. Multa;
- 12.2.3. Impedimento de licitar e contratar e
- 12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.3. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor da proposta do licitante que deu causa a infração, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 12.3.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 a multa será de 0,5% a 15%.
- 12.3.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8 a multa será de 15% a 30%.



CNPJ (MF) 44.723.757/0001-89

Praça Independência, 100 TELEFONE: (19) 3496 7520 CEP 13370-000 RAFARD-SP FAX: (19) 3496 7539

12.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

- 12.5. Na aplicação da sanção de multa e advertência será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 12.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão promotor da licitação, se for o caso.
- 12.7. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização nos termos do art. 158 da Lei n.º 14.133/2021.
- 12.8. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 12.9. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 12.10. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 12.11. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao município.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei n.º 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica através do próprio sistema eletrônico do pregão ou pelo e-mail indicado no quadro constante no preâmbulo deste edital.



CNPJ (MF) 44.723.757/0001-89

Praça Independência, 100 TELEFONE: (19) 3496 7520 CEP 13370-000 RAFARD-SP FAX: (19) 3496 7539

13.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado no sítio eletrônico oficial do órgão promotor da licitação e no sistema eletrônico do pregão, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

- 13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.
- 14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília DF.
- 14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no sítio oficial Prefeitura do Município de Rafard/SP cujo



CNPJ (MF) 44.723.757/0001-89

Praça Independência, 100 TELEFONE: (19) 3496 7520 CEP 13370-000 RAFARD-SP FAX: (19) 3496 7539

endereço eletrônico é https://rafard.sp.gov.br/licitacoes/ e na plataforma eletrônica mencionada no preâmbulo do presente edital.

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Documentos de Habilitação;

ANEXO II - Minuta de Ata de Registro de Preços;

ANEXO III - Termo de Referência;

ANEXO IV - Estudo Técnico Preliminar.

Rafard, 02 de setembro de 2024.

FÁBIO DOS SANTOS Prefeito



CNPJ (MF) 44.723.757/0001-89

Praça Independência, 100 CEP 13370-000 RAFARD-SP TELEFONE: (19) 3496 7520 FAX: (19) 3496 7539

PROCESSO N.º 2249/1/2024

PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS N.º 25/2024

ANEXO I - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. HABILITAÇÃO JURÍDICA (art. 66 da Lei n.º 14.133/2021)

- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual (ou cédula de identidade em se tratando de pessoa física não empresária);
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, tratando-se de sociedade empresária;
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedade empresária;
- d) Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade estrangeira no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedidos por órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) Comprovante de Inscrição do Microempreendedor Individual MEI
- 1.1 Os documentos acima deverão ser apresentados com todas as suas alterações, excluindo-se os casos de documentos expressamente consolidados.

2. HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA (art. 68 da Lei n.º 14.133/2021)

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativa à sede ou ao domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;
- d) Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual, referente ao I.C.M.S;
- e) Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Municipal, da sede ou do domicílio do licitante, relativa aos tributos mobiliários e incidentes sobre o objeto desta licitação;



CNPJ (MF) 44.723.757/0001-89

Praça Independência, 100 TELEFONE: (19) 3496 7520 CEP 13370-000 RAFARD-SP FAX: (19) 3496 7539

f) Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e

g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.

3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (art. 69 da Lei n.º 14.133/2021)

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- b) Certidão negativa de recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- b1) Na hipótese em que a certidão de recuperação judicial for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial em vigor, nos termos da Súmula 50 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo), expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica com data não superior a 180 (cento e oitenta) dias da apresentação das propostas.

4. OUTRAS COMPROVAÇÕES

- 4.1 Declaração subscrita pelo representante legal do licitante, conforme modelo Anexo I A, elaborada em papel timbrado, atestando que:
- a) atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei n.º 14.133/2021);
- b) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV da Lei n.º 14.133/2021);
- c) suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei n.º 14.133/2021);
- d) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, VI da Lei n.º 14.133/2021);
- e) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;



CNPJ (MF) 44.723.757/0001-89

Praça Independência, 100 TELEFONE: (19) 3496 7520 CEP 13370-000 RAFARD-SP FAX: (19) 3496 7539

f) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

- g) está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto ao órgão promotor da licitação, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo DOESP Diário Oficial do Estado de São Paulo acessível em https://www.imprensaoficial.com.br ou outro jornal que vier a substituí-lo caso contratado pela administração e comunicado previamente a interessada.
- h) no caso de empresas em recuperação judicial: está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador-judicial ou, se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;
- i) no caso de microempresas ou empresas de pequeno porte: a empresa não possui nenhum dos impedimentos previstos nos §§4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, e suas alterações, assim como §§ 1º a 4º do art. 4º da Lei n.º 14.133/2021, cujos termos declara conhecer na íntegra;
- j) não se enquadra em nenhuma das restrições de participação, conforme art. 14 da Lei n.º 14.133/2021 e item 3.10 do edital;
- k) está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.



CNPJ (MF) 44.723.757/0001-89 cia, 100 TELEFONE:

Praça Independência, 100 CEP 13370-000 RAFARD-SP TELEFONE: (19) 3496 7520 FAX: (19) 3496 7539

PROCESSO N.º 2249/1/2024

PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS N.º 25/2024

ANEXO I-A - MODELO DE DECLARAÇÃO

Licitante, inscrita no CNPJ sob o n.º XX, sediada na XX, por meio de seu representante legal abaixo identificado, <u>DECLARA</u>, sob as penas da Lei, que <u>ATENDE AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO</u> definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei n.º 14.133/2021) e <u>DECLARA</u> ainda que:

- a) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV da Lei n.º 14.133/2021);
- b) Suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei n.º 14.133/2021);
- c) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, VI da Lei n.º 14.133/2021);
- d) Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- e) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- f) Está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto ao órgão promotor da licitação, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo DOESP Diário Oficial do Estado de São Paulo acessível em https://www.imprensaoficial.com.br ou outro jornal que vier a substituí-lo caso contratado pela administração e comunicado previamente a interessada.



CNPJ (MF) 44.723.757/0001-89 Praça Independência, 100 TELEFONE:

Praça Independência, 100 TELEFONE: (19) 3496 7520 CEP 13370-000 RAFARD-SP FAX: (19) 3496 7539

g) No caso de empresas em recuperação judicial: está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador-judicial ou, se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;

- h) No caso de microempresas ou empresas de pequeno porte: a empresa não possui nenhum dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, assim como §§ 1º a 4º do art. 4º da Lei n.º 14.133/2021, cujos termos declara conhecer na íntegra;
- i) Não se enquadra em nenhuma das restrições de participação, conforme art. 14 da Lei n.º 14.133/2021 e item 3.10 do edital;
- j) Está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.

Local, Data.

(NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA PROPONENTE)



CNPJ (MF) 44.723.757/0001-89

Praça Independência, 100 CEP 13370-000 RAFARD-SP TELEFONE: (19) 3496 7520 FAX: (19) 3496 7539

PROCESSO N.º 2249/1/2024

PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS N.º 25/2024

ANEXO II - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º XX/2024.

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RAFARD/SP, com sede Praça Independência, n.º 100, bairro Centro, cidade de Rafard/SP, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 44.723.757/0001-89, neste ato representada por XX, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, na FORMA ELETRÔNICA, objetivando REGISTRO DE PREÇOS, processo administrativo n.º XX/XX/20XX, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei n.º 14.133/2021, no Decreto Municipal n.º 84/2023, aplicando, no que couber, subsidiariamente o Decreto Federal n.º 11.462/2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente ata tem por objeto o registro de preços para a eventual prestação de "SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO E MANUTENÇÃO DE ATIVOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA", incluindo o fornecimento de material, conforme especificado no Termo de Referência, anexo do edital da licitação indicada no preâmbulo, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Inserção da tabela contendo preços e especificações referentes ao objeto em licitação.

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE

3.1. O órgão gerenciador será a Prefeitura do Município de Rafard/SP.



CNPJ (MF) 44.723.757/0001-89

Praça Independência, 100 TELEFONE: (19) 3496 7520 CEP 13370-000 RAFARD-SP FAX: (19) 3496 7539

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades pertencentes a esfera de governo do município de Rafard que não participaram do procedimento, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os requisitos determinados no §2º do art. 86 da Lei n.º 14.133/2021.
- 4.2. A autorização do órgão gerenciador apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
- 4.3. O órgão gerenciador poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
- 4.4. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 4.5. As aquisições ou contratações adicionais deverão observar os limites estabelecidos na Lei n.º 14.133/2021, especificamente estabelecidos nos §3º e §4º do art. 86.
- 4.6. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

- 5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos do art. 15, inc. IX, do Decreto n.º 11.462/23, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 5.1.1. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.
- 5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
- 5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei n.º 14.133/2021.



CNPJ (MF) 44.723.757/0001-89

Praça Independência, 100 TELEFONE: (19) 3496 7520 CEP 13370-000 RAFARD-SP FAX: (19) 3496 7539

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2 deverá ser assinado em prazo a ser determinado pela administração, dentro do período de validade da ata de registro de preços.

- 5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei n.º 14.133/2021.
- 5.4. Integram esta Ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação ou que mantiveram sua proposta original.
- 5.4.1. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.
- 5.5. O registro a que se refere o item 5.4 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.6.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
- 5.6.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 5.7. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei n.º 14.133/2021.
- 5.7.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.8. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:



CNPJ (MF) 44.723.757/0001-89

Praça Independência, 100 TELEFONE: (19) 3496 7520 CEP 13370-000 RAFARD-SP FAX: (19) 3496 7539

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei n.º 14.133/2021;

- 6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 6.1.3. O valor registrado poderá ser reajustado no caso de prorrogação da ata de registro respeitada a contagem da anualidade e a variação do IPCA acumulado no período de 12 (doze) meses a contar da proposta.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

- 7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- 7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o órgão gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
- 7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
- 7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que eventualmente tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei n.º 14.133/2021.
- 7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao órgão gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.



CNPJ (MF) 44.723.757/0001-89

Praça Independência, 100 TELEFONE: (19) 3496 7520 CEP 13370-000 RAFARD-SP FAX: (19) 3496 7539

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente ao pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

- 7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei n.º 14.133/2021, na legislação aplicável e neste edital.
- 7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, se houver, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.
- 7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
- 7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
- 7.2.6. O órgão gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que eventualmente tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei n.º 14.133/2021.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador, quando o fornecedor:
- 8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 8.1.2. Não retirar ou aceitar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 7.2.2 desta Ata;

ou

- 8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133/2021.
- 8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.



CNPJ (MF) 44.723.757/0001-89

Praça Independência, 100 TELEFONE: (19) 3496 7520 CEP 13370-000 RAFARD-SP FAX: (19) 3496 7539

- 8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
- 8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo órgão gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 8.4.1. Por razão de interesse público;
- 8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornarse superior ou inferior ao preço registrado.

9. DAS PENALIDADES

- 9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das seguintes penalidades de:
- 9.2. Advertência, quando o fornecedor der causa à inexecução, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- 9.3. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei n.º 14.133/2021, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- 9.4. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei n.º 14.133/2021 bem como nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei n.º 14.133/2021 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

9.5. Multa:

- 9.5.1. Moratória de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias. O atraso superior a 15 dias autoriza a Administração a promover o cancelamento da ata de registro por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.
- 9.5.2. Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da ata de registro, no caso de inexecução total do objeto.
- 9.6. A aplicação das sanções previstas nesta Ata de Registro não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração.



CNPJ (MF) 44.723.757/0001-89

Praça Independência, 100 TELEFONE: (19) 3496 7520 CEP 13370-000 RAFARD-SP FAX: (19) 3496 7539

9.7. Todas as sanções previstas nesta Ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

- 9.7.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.7.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Administração ao fornecedor, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 9.7.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 9.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei n.º 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 9.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n.º 14.133/2021, ou em outras leis relacionadas às licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n.º 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159) da Lei n.º 14.133/2021.
- 9.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei n.º 14.133/21.
- 9.11. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
- 9.12. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preços, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.
- 9.13. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.



CNPJ (MF) 44.723.757/0001-89

Praça Independência, 100 TELEFONE: (19) 3496 7520 CEP 13370-000 RAFARD-SP FAX: (19) 3496 7539

10. CONDIÇÕES GERAIS

- 10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.
- 10.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes, se for o caso.

Rafard, XX de abril de 2024.

Identificação e Assinaturas: Representante legal do órgão gerenciador Representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

CNPJ (MF) 44.723.757/0001-89



Praça Independência, 100 CEP 13370-000 RAFARD-SP

TELEFONE: (19) 3496 7520 FAX: (19) 3496 1634

PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS N.º 25/2024

ANEXO III - TERMO DE REFERÊNCIA

Este documento é baseado no Estudo Técnico Preliminar - ETP, conforme inciso XX, art. 6º da Lei nº 14.133, de 2021, necessário à contratação de bens e serviços, de acordo com o inciso XXIII, art. 6º, da Lei nº 14.133, de 2021, e contém os elementos exigidos na referida Lei que serão especificados no corpo deste documento.

DATA	ÓRGÃO SOLICITANTE
15/08/2024	OBRAS PÚBLICAS E INFRAESTRUTURA URBANA

RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO	DIRETORIA
Nome: IVAN ALEX DA SILVA	OBRAS PÚBLICAS E INFRAESTRUTURA
E-mail: engenharia@rafard.sp.gov.br	URBANA

1 - DO OBJETO E DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto licitar itens para demanda de substituição e manutenção de iluminação pública do município de Rafard, nos termos da tabela abaixo e conforme condições e exigências estabelecidas neste documento. Os Itens apresentados já compõem a mão de obra necessária para fazer a substituição ou instalação do material, tendo em vista que o município não dispõe de mão de obra e nem dos equipamentos necessário para a execução esse tipo de serviço.
- 1.2. Os itens integrantes do objeto do presente certame são caracterizados como comuns, pois apresentam padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

CNPJ (MF) 44.723.757/0001-89

Praça Independência, 100 CEP 13370-000 RAFARD-SP

TELEFONE: (19) 3496 7520 FAX: (19) 3496 1634

1.3. DA DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS E DOS SERVIÇOS

01 - PÇ 1.200 und - Luminárias serão do tipo pública com tecnologia LED, para potência de

100W, com alimentação dos LEDs em corrente contínua (DC), vida útil do conjunto 100.000

horas @L70 com declaração de garantia das luminárias LED, por defeito de fabricação, pelo

prazo mínimo de 05 (cinco) anos e com certificado ativo conforme Portaria 62 do INMETRO.

Conforme Descritivo Técnico.

02 - PÇ 500 - Luminárias serão do tipo pública com tecnologia LED, para potência de 80W,

com alimentação dos LEDs em corrente contínua (DC), vida útil do conjunto 100.000 horas

@L70 com declaração de garantia das luminárias LED, por defeito de fabricação, pelo prazo

mínimo de 05 (cinco) anos e com certificado ativo conforme Portaria 62 do INMETRO.

Conforme Descritivo Técnico.

03 - PÇ 500 - Braço curvo para luminária, confeccionado em tubo SAE 1010/1020, com sapata

com fixação por parafusos/ chumbadores/ abraçadeiras, com encaixe pata luminária de 48mm

à 60,30mm, comprimento do braço de 3.000mm, diâmetro externo 48mm, parede do braço de

3,40mm, acabamento galvanizado à fogo.

04 - M 3.000 - Cabo de Cobre flexível, tipo PP (tripolar), sessão 3 X 2,5 mm², isolação PVC;

classe de tensão: 0,6/1kV; temperatura: 70°c; atendimento: normas ABNT/NBR-NM 280 e

ABNT/NBR - 13249.

05 - PÇ 1.500 - Rele Fotoelétrico para comando automático de iluminação, com potência de

1.000w e tensão em 220v, caixa de montagem em policarbonato, de alto impacto, graus de

proteção ip-67, com base para fixação e instalação de relé fotoelétrico ou fotoeletrônico, fixação

por parafusos, corpo em polietileno, contatos em latão estanhado.

06 - PÇ 500 - LAMPADA TUBULAR A VAPOR SODIO COM POTENCIA NOMINAL DE

100W, TEMPERATURA DE COR DE 2.000K, BASE DE SOQUETE E-40. lâmpada tubular

a vapor sódio com potência nominal de 100w, temperatura de cor de 2.000k, base de soquete

2/19

CNPJ (MF) 44.723.757/0001-89

A STATE OF THE PARTY OF THE PAR

Praça Independência, 100 CEP 13370-000 RAFARD-SP TELEFONE: (19) 3496 7520 FAX: (19) 3496 1634

e-40, com vida mediana mínima de 32.000 horas, fluxo luminoso mínimo de 9.500 lm, eficiência luminosa mínima de 95 lm/w, IRC ≥20, corrente da lâmpada de 1,20a, tensão de pulso de 2,8kv a 4,5kv. garantia mínima de 24 meses. CERTIFICAÇÃO INMETRO/ ENCE - CERTIFICADA PEL PORTARIA 483 DO INMETRO.

07 - PÇ 500 - REATOR A VAPOR DE SODIO ALTA PRESSAO EXTERNO PARA LAMPADA VAPOR SODIO DE 100W. reator a vapor de sódio alta pressão externo para lâmpada vapor sódio de 100w, reator pintado, tensão 220v/60hz, corrente de rede de 0,55a, perda máxima de 14w, fator de potência mínimo de 0,93, tensão de pulso de 2,8kv a 4,5kv. CERTIFICAÇÃO INMETRO/PROCEL. EM CONFORMIDADE COM A PORTARIA 35 DO INMETRO.

08 - Serv/ ponto 1.200 - SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO/ INSTALAÇÃO DE LUMINARIAS DE LED, Serviço executado por empresa especializada, com veículo do tipo caminhão equipado com cesto aéreo isolado para tensão de 60kV, com 1 motorista/ eletricista e 1 eletricista, devidamente capacitados.

1.4. DA APURAÇÃO DO VALOR MÉDIO DE MERCADO

ITEM	UN.	QTDE.	DESCRIÇÃO	VL. MÉDIO UNIT.	VL. MÉDIO TOTAL
1	РÇ	1200	063.061782 - Luminárias serão do tipo pública com tecnologia LED, para potência de 100W, com alimentação dos LEDs em corrente contínua (DC), vida útil do conjunto 100.000 horas @L70 com declaração de garantia das luminárias LED, por defeito de fabricação, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos e com certificado ativo conforme Portaria 62 do INMETRO. Conforme DescritivoTécnico.	R\$ 607,98	R\$ 729.576,00
2	РÇ	500	063.061783 - Luminárias serão do tipo pública com tecnologia LED, para potência de 80W, com alimentação dos LEDs em corrente contínua (DC), vida útil do conjunto 100.000 horas @L70 com declaração de garantia das luminárias LED, por defeito de fabricação, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos e com certificado ativo conforme Portaria 62 do INMETRO. Conforme Descritivo Técnico.	R\$ 542,85	R\$ 271.425,00



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RAFARD

CNPJ (MF) 44.723.757/0001-89

pendência, 100
TELEFONE: (19) 3496 7520
0-000 RAFARD-SP
FAX: (19) 3496 1634 Praça Independência, 100 CEP 13370-000 RAFARD-SP

ITEM	UN.	QTDE.	DESCRIÇÃO		MÉDIO JNIT.	V	L. MÉDIO TOTAL
3	РÇ	1500	063.000101 - Rele Fotoelétrico para comando automático de iluminação, com potência de 1000W e tensão em 220v, caixa de montagem em policarbonato, de alto impacto, graus de proteção ip-67, com base para fixação e instalação de relé fotoelétrico ou foto eletrônico, fixação por parafusos, corpo em politileno, contados em latão estanhado.	R\$	19,65	R\$	29.475,00
4	PÇ	500	063.000109 - Reator a vapor de sódio alta pressão externo para lâmpada vapor sódio de 100W, reator pintado, tensão 220v/60Hz corrente de rede de 0,55a, perda máxima de 14w, fator de potência mínimo de 0,93, tensão de pulso de 2,8kv a 4,5kv. Certificação INMETRO/PROCEL. Em conformidade com a portaria 35 DO INMETRO.	R\$	67,02	R\$	33.510,00
5	ΡÇ	500	063.061784 - Braço curvo para luminária, confeccionado em tubo SAE 1010/1020, com sapata com fixação por parafusos/ chumbadores/ abraçadeiras, com encaixe pata luminária de 48mm à 60,30mm, comprimento do braço de 3.000mm, diâmetro externo 48mm, parede do braço de 3,40mm, acabamento galvanizado à fogo.	R\$	322,08	R\$	161.040,00
6	MTR	3000	063.061785 - Cabo de Cobre flexível, tipo PP (tripolar), sessão 3 X 2,5 mm², isolação PVC; classe de tensão: 0,6/1kV; temperatura: 70°c; atendimento: normas ABNT/NBR-NM 280 e ABNT/NBR - 13249.	R\$	9,85	R\$	29.550,00
7	PÇ	500	063.061786 - Lâmpada tubular a vapor sódio com potência nominal de 100w, temperatura de cor de 2.000k, base de soquete e-40. Lâmpada tubular a vapor sódio com potência nominal de 100w, temperatura de cor de 2.000k, base de soquete e40, com vida mediana mínima de 32.000 horas, fluxo luminoso mínimo de 9.500 lm, eficiência luminosa mínima de 95 lm/w, irc ?20, corrente da lâmpada de 1,20a, tensão de pulso de 2,8kv a 4,5kv. Garantia mínima de 24 meses. Certificação inmetro/ procel. Em conformidade com a Portaria 35 do inmetro.	R\$	24,04	R\$	12.020,00
8	PÇ	1000	063.061787 - KIT CINTA CIRCULAR PARA FIXAÇÃO DE BRAÇO GALVANIZADO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, EM POSTE DE CONCRETO CIRCULAR , DIÂMETRO MAIS USUAIS 180, INCLUSO KIT DE PARAFUSO, PORCA E ARRUELA	R\$	37,67	R\$	37.670,00
9	SERV. / PONTO	1200	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO/ INSTALAÇÃO DE LUMINARIAS DE LED, Serviço executado por empresa especializada, com veículo do tipo caminhão equipado com cesto aéreo isolado para tensão de 60kV, com 1 motorista/ eletricista e 1 eletricista, devidamente capacitados.	R\$	366,00	R\$	439.200,00
			VL. MÉDIO GLOBAL	R\$		1	.743.466,00

CNPJ (MF) 44.723.757/0001-89

Praça Independência, 100 CEP 13370-000 RAFARD-SP

TELEFONE: (19) 3496 7520 FAX: (19) 3496 1634

1.5. DOS EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS A SEREM UTILIZADOS

1.5.1. Fica por conta da contratada o fornecimento de todas as ferramentas necessárias para a

devida execução dos serviços solicitados, tais como, Alicates, Chaves de Fenda, Parafusadeiras

e Furadeiras, Multímetros, entre outras ferramentas necessárias. Bem como equipamentos que

sejam necessários para execução de serviços específicos, tais como andaimes, escadas

extensivas, entre outros.

1.5.2. É necessário que a contratada disponha de um veículo do tipo caminhão com

equipamento de cesto aéreo isolado para manutenções em altura. Estando esse veículo em

condições aceitáveis para trabalho:

1.5.3. Caminhão auto guincho; com cesto aéreo isolado; para alta tensão; com altura ajustável

para qualquer tipo de poste padronizado pela concessionária; cesto com capacidade mínima de

135kg para uma ou mais pessoas mais as ferramentas, altura mínima de trabalho 4,00m; alcance

horizontal mínimo de 5,00m; de acordo com a NBR-16.092 e NR 12; válvula de segurança

acrescentado em todos os cilindros; sistema de nivelamento com correntes e bastões isolados;

com duas estações de controle independentes (na coluna e no cesto); paradas de emergência nas

estações do controle; sistema override (prioridade do controle inferior em relação ao superior),

sistema de bloqueio uso inadvertido na estação de trabalho superior (homem morto); cesto em

fibra de vidro com liner de proteção - isolado até 1000v, lança superior com inserto de fibra de

vidro com isolamento de 46 kva com 04 estabilizadores; giro 360 graus continuo; veículo

equipado com sistema de freios a ar com carroceria metálica e armários laterais em chapa de

aço.

1.5.4. A Empresa deverá apresentar junto da proposta catálogos do veículo e do equipamento

onde conste todas as informações técnicas, que será disponibilizado à prefeitura

1.5.5. A empresa vencedora deverá apresentar, no prazo máximo de, 05 (cinco) dias, documento

do veículo (CRLV), e Laudo de ensaios do cesto aéreo isolado emitido por laboratório

competente.

CNPJ (MF) 44.723.757/0001-89

Pra

Praça Independência, 100 CEP 13370-000 RAFARD-SP TELEFONE: (19) 3496 7520 FAX: (19) 3496 1634

1.5.6. Se o veículo for sublocado a empresa vencedora deverá apresentar contrato de locação

do veículo e equipamento.

1.6. DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

1.6.1. Nas Ordens de Serviços emitidas pela CONTRATANTE e distribuídas para execução

pela CONTRATADA será indicado, na seguinte ordem os status de prioridade de atendimento:

• Emergência. Execução em até 30 (trinta) minutos;

• Muito Urgente. Execução em até 120 (cento e vinte) minutos;

• Urgente. Execução em até 240 (duzentos e quarenta) minutos;

• Pouco Urgente. Execução em até 05 (cinco) dias úteis;

Não Urgente. Execução em até 10 (dez) dias corridos e, a critério da CONTRATANTE,

poderá ser prorrogado.

2. DOS LOTES

2.1. DO AGRUPAMENTO DE ITENS EM LOTES:

2.1.1. O eventual parcelamento poderia gerar aumento de preços por perda de escala e ensejaria

dispêndio de recursos com contratações sucessivas ou eventuais, e a diversificação da

contratação poderá gerar atraso na execução do serviço, tendo em vista que o contratado para

prestação da mão de obra que seria o responsável pela instalação da luminária, ficaria

dependendo do fornecedor realizar a entrega, principalmente nos casos que não haja estoque

para suprir o serviço. Sendo essa a visão da parte técnica, ficando o setor jurídico ou

administrativo, caso tenha um posicionamento contraria decidir qual seria a melhor forma de

proceder com a contratação.

CNPJ (MF) 44.723.757/0001-89

Pr

Praça Independência, 100 CEP 13370-000 RAFARD-SP TELEFONE: (19) 3496 7520 FAX: (19) 3496 1634

3. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO, DOS PRAZOS E DO REAJUSTE

3.1. Os itens objeto do presente certame serão licitados com base em quantidades estimadas, as

quais serão solicitadas de acordo com as necessidades da municipalidade, podendo as

contratações disso decorrentes ocorrer durante o período de vigência de 12 (doze) meses, que

poderá ser renovado por igual período, utilizando da quantidade total contratada ou não.

3.2. Durante o prazo de vigência, os preços contratados poderão ser reajustados monetariamente

com base no índice de reajuste IPCA, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses,

contados da apresentação do orçamento estimado, quando houver, ou da proposta,

exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

3.2.1. Os efeitos financeiros retroagem à data do pedido apresentado pelo Contratado.

3.3. Encerrado o procedimento de contratação, o fornecedor a ser contratado diretamente será

convocado para firmar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no

prazo de 10 dias úteis, de acordo com o art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS:

4.1.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, em razão da baixa

complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado

têm condições de fornecer os bens de forma independente;

4.1.2. Observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional

de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis

ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

CNPJ (MF) 44.723.757/0001-89

Praça Independência, 100

CEP 13370-000 RAFARD-SP

TELEFONE: (19) 3496 7520 FAX: (19) 3496 1634

4.1.3. Os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual

adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir

a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.1.4. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua

proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e

perfeita execução do objeto e, ainda:

4.1.5. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e

local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal,

na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de

garantia ou validade;

4.1.6. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de

Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

4.1.7. A licitação a ser realizada fruto deste estudo técnico preliminar, visa atender todos os

departamentos municipais, principalmente o setor de Serviços Públicos e Infraestrutura Urbana.

4.1.8. A compra será realizada conforme a demanda dos departamentos, que informará a

Contratada.

4.1.9. A modalidade do certame licitatório deverá ser analisada pelo setor jurídico, os

procuradores só devem se atentar que o objeto estará livre para solicitação do serviço e material

por diversos departamentos.

4.2. DA SUBCONTRATAÇÃO:

4.2.1. Não será admitida a subcontratação parcial ou total do objeto contratual.

CNPJ (MF) 44.723.757/0001-89

Praça Independência, 100

TELEFONE: (19) 3496 7520 FAX: (19) 3496 1634

CEP 13370-000 RAFARD-SP FAX: (19) 34

4.2.1.2 É vedada a subcontratação total ou das parcelas tecnicamente mais complexas ou de

valor mais significativo do objeto, que motivaram a comprovação de capacidade financeira ou

técnica.

4.3. DA SUSTENTABILIDADE:

4.3.1. Os critérios de sustentabilidade da contratação devem ser atendidos de acordo com os

seguintes requisitos:

4.3.1.1. Todos os itens/bens/materiais devem estar seguramente embalados com material

reciclável (Lei nº 12.305/2010, art. 32).

4.3.1.2. As embalagens devem ser feitas com material que propiciem a reutilização ou

reciclagem, com a prática da logística reversa.

4.3.1.3. No descarte das embalagens e/ou na montagem dos produtos constantes deste

documento poderão ocasionar um grande volume de lixo a ser descartado. Para minimizar esses

danos é necessário que haja um descarte de forma correta do resíduo produzido.

4.3.1.4. Os objetos desta contratação serão descartados de forma adequada quando sua vida útil

se acabar.

4.3.1.5. As aquisições dos itens relacionados acima procuram atender as exigências de

sustentabilidade ambiental, podendo se destacar como medida, solicitação de etiqueta classe A

para o consumo de energia, embalagens recicláveis e a não utilização de substâncias perigosas

acima da concentração permitida, com essas medidas acredita-se que ocorrerão uma redução

no impacto ambiental.

CNPJ (MF) 44.723.757/0001-89

Praça Independência, 100 CEP 13370-000 RAFARD-SP TELEFONE: (19) 3496 7520 FAX: (19) 3496 1634

4.4. DA INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS:

4.4.1. Não serão exigidas marcas ou modelos específicos para a contratação, alguns produtos

possuem referência, podendo ser os modelos citados ou não, desde que siga as especificações

técnicas apresentadas e exigidas, os materiais/produtos, devem ser fabricação nacional,

possuírem INMETRO, garantia de 5anos, e seguirem as especificações mínimas exigidas no

descritivo do item.

4.5. DA VEDAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE MARCA OU MODELO:

4.5.1. Não serão exigidas marcas ou modelos específicos para a contratação, deverá seguir as

especificações técnicas apresentadas e exigidas, os materiais/produtos, devem ser fabricação

nacional, possuírem INMETRO, garantia de 5 anos, e seguirem as especificações mínimas

exigidas no descritivo do item.

4.6. DAS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES DA GARANTIA DO PRODUTO

(FABRICANTE, GARANTIA LEGAL OU GARANTIA CONVENCIONAL), DA

MANUTENÇÃO E DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

4.6.1. Além da garantia legal prevista pelo art. 26, do Código de Defesa do Consumidor (CDC)

de (30 dias - produtos não-duráveis); (90 dias - produtos duráveis), aplicar-se-á, de modo

complementar, a garantia contratual fornecida pelo licitante e/ou fabricante, pelo prazo de, no

mínimo, 5 anos, contados do encerramento da garantia legal, considerando:

4.6.1.1. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta

cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

4.6.1.2. Caso o prazo de garantia oferecido pelo fabricante seja superior ao estabelecido nesta

cláusula, prevalecerá o prazo da garantia do fabricante.

CNPJ (MF) 44.723.757/0001-89

Praça Independência, 100 TELEFONE: (19) 3496 7520 CEP 13370-000 RAFARD-SP

FAX: (19) 3496 1634

4.6.1.3. As garantias legal e contratual não se sobrepõem, devendo os seus prazos serem

somados.

4.6.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas

condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

4.6.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio

Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as

normas técnicas específicas.

4.6.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados

pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções

necessárias.

4.6.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão

ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de

qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do

equipamento.

4.6.6. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que

apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 dias úteis, contados a partir da data de retirada

do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica

autorizada.

4.6.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma

única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita

pelo Contratante.

4.6.8. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento

equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em

CNPJ (MF) 44.723.757/0001-89

Praça Independência, 100

CEP 13370-000 RAFARD-SP

TELEFONE: (19) 3496 7520 FAX: (19) 3496 1634

caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos

administrativos durante a execução dos reparos.

4.6.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do

Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado

a contratar fornecedor diverso para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de

seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem

que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

4.6.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de

responsabilidade do Contratado.

4.6.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado

do prazo de vigência do contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de

descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

5. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

5.1. DA FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA:

5.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Pregão, sob a

forma ELETRONICA, nos termos do art. 82 da Lei n. 14.133/2021, com adoção do critério de

julgamento pelo inciso II (valor reduzido), CONFORME ARTIGO 33, DA LEI FEDERAL Nº.

14.133/21, que visa, em síntese, atender aos princípios da economicidade e da eficiência

administrativa, evitando que os custos econômicos do processo de licitação ultrapassem os

benefícios que serão alcançados com a futura contratação.

5.2. DOS CRITÉRIOS DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA:

5.2.1. A proposta comercial deverá SER INSERIDA NO SISTEMA ELETRONICO, NO

CAMPO PRÓPRIO e conter minimamente as seguintes informações:

CNPJ (MF) 44.723.757/0001-89

Praça Independência, 100 CEP 13370-000 RAFARD-SP

TELEFONE: (19) 3496 7520 FAX: (19) 3496 1634

5.2.1.1. Descrição completa e detalhada dos itens propostos, incluindo marca e modelo

ofertados;

5.2.1.2. Valor unitário dos itens e valor total para todo o período, incluídos as despesas tais

como: impostos, fretes, seguros, encargos sociais e fiscais e quaisquer outras que incidirem

sobre o fornecimento;

5.2.1.3. Validade da proposta de 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da sessão

pública estabelecida no preâmbulo do instrumento convocatório.

5.2.1.4. Todos os preços ofertados deverão ser apresentados em moeda corrente nacional.

5.2.2. Caso a proposta e os documentos que a acompanham sejam assinados por mandatário,

deverão ser encaminhados, também a procuração e cópia da carteira de identidade do

mandatário subscritor.

5.2.2.1. O instrumento de procuração, deverá ser apresentado em instrumento público (lavrado

em Cartório) ou instrumento particular, com firma reconhecida em Cartório ou por meio de

assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital

emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

5.2.3. Os fornecedores deverão enviar, via sistema eletrônico, juntamente com a proposta

comercial, (FICHA TÉCNICA E/OU PORTFÓLIO E/OU FOLDER E/OU

PROSPECTO) que identifique o produto ofertado e todas as suas características tais

como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações

pertinentes as demandadas neste Termo de Referência, sob pena de não aceitação da

proposta.

5.2.3.1. A exigência destes documentos é meio legal de garantir que o produto ofertado pelo

fornecedor atenda integralmente o descritivo especificado pela Administração e se justifica para

possibilitar a avaliação e comprovação de que os materiais ofertados atendam às especificações

CNPJ (MF) 44.723.757/0001-89

Praça Independência, 100 TELEFOI

TELEFONE: (19) 3496 7520 FAX: (19) 3496 1634

CEP 13370-000 RAFARD-SP F.

técnicas solicitadas no edital. Além disso, esses documentos deverão fazer referência ao modelo

apresentados nas propostas.

5.2.4. Serão desclassificadas, de acordo com o art. 59 da Lei nº 14.133, de 2021, as propostas

que:

5.2.4.1. Contiverem vícios insanáveis;

5.2.4.2. Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no instrumento

convocatório;

5.2.4.3. Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado

para a contratação;

5.2.4.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.2.4.5. Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do instrumento

convocatório, desde que insanável.

5.2.5. DAS AMOSTRAS:

5.2.5.1. Será será exigida a apresentação de amostras nessa contratação.

5.2.5.2. A Licitante vencedora deverá apresentar 01 (uma) amostra de cada item adjudicado, no

prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data da sessão de julgamento, no Setor de Engenharia

Municipal, para análise do técnico responsável, sendo que as amostras deverão ser identificadas

com etiquetas com a razão social da empresa licitante, e contato para comunicação ou

solicitação da garantia.

5.2.5.3. A amostra do material deverá estar em embalagem e/ou apresentação no qual o produto

será entregue, INCLUSIVE MARCA. Aquelas que estiverem em desacordo com as

especificações constantes do presente edital terão sua cotação desclassificada.

CNPJ (MF) 44.723.757/0001-89

Praça Independência, 100 CEP 13370-000 RAFARD-SP

TELEFONE: (19) 3496 7520 FAX: (19) 3496 1634

5.2.5.4. Caso a Licitante classificada em primeiro lugar tenha sua amostra reprovada, serão

convocadas as demais colocadas naquele item, para continuação da sessão pública, caso a

licitante classificada em segundo lugar manifeste por escrito a intenção de ofertar o preço

vencedor, seguirá a sessão diretamente para a etapa de habilitação, sendo que a vencedora

sujeitará a análise das amostras para avaliação da contratação.

5.2.5.5. Após analisado o a amostra, não poderá ser trocado de marca ou modelo, porque vai

descaracterizar a padronização do material, dificultando acesso futuro para possíveis reparos.

5.2.6. DA EXIGÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

a) Deverão ser apresentados, juntamente com as amostras, Laudos Técnico das

Luminárias emitido por Laboratório competente.

5.2.7. DA PROVA DE CONCEITO (POC):

5.2.7.1. Não será exigida a apresentação de prova de conceito nesta contratação.

5.3. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL E TÉCNICO-

PROFISSIONAL:

5.3.1. Deverá ser apresentada comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares

de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta

contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por

pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido (s) pelo conselho

profissional competente, quando for o caso, bem como documentos comprobatórios emitidos

na forma do §3º do art. 88 da Lei nº 14.133, de 2021, atendendo ao quantitativo mínimo de 100

(cem) % das quantidades apresentadas em todos os itens do Termo de Referência, conforme

§2° do art. 67 da Lei n° 14.133, de 2021.

CNPJ (MF) 44.723.757/0001-89

Praça Independência, 100

TELEFONE: (19) 3496 7520 CEP 13370-000 RAFARD-SP FAX: (19) 3496 1634

5.3.1.1. Para atendimento do quantitativo indicado acima, é admitido o somatório de atestados,

desde que compatíveis com as características do objeto da licitação.

5.3.1.2. Os atestados deverão conter:

5.3.1.2.1. Nome empresarial e dados de identificação da instituição emitente (CNPJ, endereço,

contato).

5.3.1.2.2. Local e data de emissão.

5.3.1.2.3. Nome, cargo, contato e a assinatura do responsável pela veracidade das informações.

5.3.1.2.4. Período da execução da atividade e quantitativo do objeto fornecido.

5.3.1.3. Os atestados de capacidade técnica operacional deverão ser apresentados em nome da

matriz ou da filial da empresa, desde que apresentado contrato social que vincule ambas as

empresas.

5.3.1.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da

legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do

contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi

executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

5.3.2. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das

condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta contratação.

CNPJ (MF) 44.723.757/0001-89

Praça Independência, 100 CEP 13370-000 RAFARD-SP TELEFONE: (19) 3496 7520 FAX: (19) 3496 1634

6. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. DO PRAZO DE ENTREGA:

6.1.1. O prazo de entrega do objeto e prestação do serviço deverá seguir o prazo de execução

citado acima a partir do recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou

documento equivalente, em remessa única.

6.1.2. Devidamente justificado e antes de finalizado o prazo de entrega, o fornecedor do produto

poderá solicitar prorrogação da entrega, ficando a cargo da área demandante acolher a

solicitação, desde que não haja prejuízo, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior,

conforme disposto no inciso V, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. DO LOCAL E HORÁRIO DE ENTREGA:

6.2.1. Os bens e serviços deverão ser executados no local indicado, de segunda a domingo, no

horário de 07h00min às 22h00min, com prévio agendamento, desde que não seja em caráter de

emergência.

6.2.2. Não há necessidade de providências nos ambientes do Almoxarifado Central da

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE RAFARD/SP que guardará os materiais objeto deste

documento. Sendo que a intenção é que a execução seja imediata a solicitação, ou seja, a

empresa traz o equipamento e realiza a instalação no local solicitado.

6.3. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO:

6.3.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da execução,

juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo

acompanhamento e pela fiscalização do contrato e ou responsável pela solicitação do bens e

serviço, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações

constantes na nota de empenho, no termo de referência e na proposta.

CNPJ (MF) 44.723.757/0001-89

Praça Independência, 100

TELEFONE: (19) 3496 7520 CEP 13370-000 RAFARD-SP FAX: (19) 3496 1634

6.3.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as

especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos

imediatamente pelo produto já aprovado na amostragem, no prazo máximo de 1 dia, a contar

da notificação realizada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades, assim como

os produtos entregues com defeito.

6.3.3. Não serão aceitos produtos que não apresentarem as características estabelecidas no

presente Termo de Referência.

6.3.4. Todas as despesas relativas ao objeto correrão por conta da contratada, tais como:

materiais, profissionais qualificados, transportes, fretes, equipamentos, ferramentas, licenças,

impostos, taxas, emolumentos, encargos sociais, e outros, correrão por conta da Contratada.

6.3.5. O prazo de entrega dos bens e prestação do serviço deverá seguir o prazo de execução

citado acima, contados da emissão da ordem de compra, em remessa única.

6.3.6. O descarregamento do produto ficará a cargo do fornecedor, devendo ser providenciada

a mão-de-obra necessária.

6.3.7. O recebimento/aprovação do(s) produto(s) pelo Contratante não exclui a

responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou

disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente, garantindo-se à

Administração as faculdades previstas no art. 18 da Lei n.º 8.078, de 1990.

6.3.8. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma

justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do

atendimento das exigências contratuais.

6.3.9. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e

quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, notificando-se

CNPJ (MF) 44.723.757/0001-89

Praça Independência, 100

TELEFONE: (19) 3496 7520 CEP 13370-000 RAFARD-SP FAX: (19) 3496 1634

ao fornecedor para emissão de Nota Fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da

execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.3.10. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou

de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela

Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os

fins do recebimento definitivo.

6.3.11. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento

provisório, quando em desacordo com as especificações constantes na nota de empenho, no

Termo de Referência e na proposta comercial, devendo ser substituídos no prazo de até 2 dias

úteis, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das

penalidades.

Rafard, 21 de agosto de 2024.

IVAN ALEX DA SILVA

Diretor de Obras Públicas e Infraestrutura Urbana



PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS N.º 25/2024

ANEXO IV - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

Rafard, 15 de agosto de 2024

1 - Introdução

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

2 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O presente estudo trata da necessidade de aquisição de materiais elétricos e prestação de serviços de instalação, pelo período de 12 (doze) meses, a fim de atender a demanda do municipal de Rafard/SP.

A iluminação pública é de fundamental importância para o desenvolvimento social e econômico dos municípios e constitui-se num dos vetores importantes para a segurança dos centros urbanos, no que se refere ao tráfego de veículos e de pedestres e à prevenção da criminalidade, além de valorizar e ajudar a preservar o patrimônio urbano, embelezando o bem público e propiciar a realização noturna de atividades de lazer, comércio e cultura. O desgaste dos materiais que compõem o sistema de iluminação públicas tais como luminárias, braço de luminárias, relé, reatores, cabos, fios, ferragens e acessórios, faz com que ao passar do tempo seja necessária à sua reposição, sob pena de apresentarem defeitos. No mesmo sentido, o Município de Rafard também necessita regularmente de reparos no sistema de iluminação do módulo urbano e rural. Diante desse



contexto, fica clara a necessidade de a Administração Municipal atuar com agilidade e eficiência na execução da conservação do sistema de iluminação pública, uma vez que é seu dever e responsabilidade organizar e prestar os serviços de interesse local, sendo que a iluminação pública se constitui como um importante serviço à população Rafardense.

Sobre isso, é relevante mencionar que há licitação vigente para a finalidade de manutenção e reparo em prédios públicos, praças e poços, e que a vencedora será chamada quando necessário para realizar a manutenção em tais locais. Tal licitação envolveu somente a mão de obra para as substituições e correções necessárias. Contudo, a ata de registro de preços que foi originada da licitação mencionada não contempla iluminação pública e o serviço se substituição, como é de intenção da administração renovar a iluminação da cidade e garantir a manutenção necessária, dessa forma, estudase o melhor modo de continuar a garantir que a iluminação pública esteja integralmente funcionando para o desfrute dos munícipes.

Ante o exposto, é necessária a contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais elétricos e quando necessário a prestação de serviços, pelo período de 12 (doze) meses.

3 – PREVISÃO NO PLANO ANUAL

A prefeitura municipal não possui Plano de Contratações Anual (PCA).

4- DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

O presente estudo visa definir os parâmetros para contratação de empresa especializada para a aquisição de materiais elétricos e quando necessário a prestação de serviços, pelo período de 12 (doze) meses. Em virtude disso, deve-se caracterizar as obrigações inerentes ao objeto, sem o qual poderá acarretar prejuízos econômicos para os cofres públicos.

O artigo 18 da Nova Lei de Licitações Lei 14.133 de 01 de abril de 2021, descreve que o processo licitatório em sua fase preparatória deve ser planejado e estender-se as questões de gestão dentre outras. Uma das questões relacionadas é a produção do Estudo



Técnico Preliminar, que norteará todos os requisitos, descrições e justificativas do processo licitatório do objeto em questão.

No tocante as questões preparatórias, o mesmo artigo do diploma legal supracitado, mais precisamente em seu paragrafo 3°, inciso III, defende a questão do ETP dispor como um de seus escopos as diretrizes orientadoras que regeram os interesses ente o órgão público e aquele que será contratado.

Dessa forma, será exigido dos licitantes, comprovação de aptidão para o desempenho da atividade, compatível com o objeto da licitação – Atestado de Capacidade Técnica Operacional, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado

Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações em edital, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Somente serão aceitos produtos que estiverem de acordo com as especificações exigidas, estando sua aceitação condicionada à devida fiscalização dos agentes competentes.

Para aquisição de materiais elétricos as empresas interessadas em participar deveram apresentar:

- a). Certificado de avaliação da conformidade, conforme os requisitos da Portaria nº. 62 INMETRO das luminárias ofertadas.
- b). Registro de objeto INMETRO ativo das luminárias ofertadas.



- c) Ainda deverá atender às seguintes especificações com base nos dados declarados pela Portaria 62 do INMETRO que serão consultados durante o certame pela comissão de Licitação para fins de classificação da proposta:
- → Driver com saída em corrente / tensão contínua (DC);

Dimerizável padrão 0-10V;

- → Tensão de entrada 220 VAC; → Frequência de entrada 60 Hz;
- → Base para relé fotocontrolador 3 pinos;
- \rightarrow Temperatura de cor dos LEDs 5000K ± 250K.
- → Eficiência mínima 150 Lm/W
- → Ângulo de Inclinação do braço deve fazer parte da luminária com +15° a -15° Não será aceito qualquer tipo adaptador.
- → Corpo fabricado em alumínio injetado com dissipador de calor na própria carcaça, não serão aceitos dissipadores a base de água ou óleo, nem peças sobrepostas;
- → Acabamento em pintura eletrostática na cor cinza;
- →Índice de reprodução de cor mínimo de 70%; 7 Fator de Potência maior ou igual a 0,98;
- → Grau de proteção IP66 no ótico e alojamento do driver.
- → Protetor de surtos 10kV/10kA integrado ao corpo da luminária;
- → Vidro plano temperado, espessura mínima 4mm.
- → Resistência a impacto IK09.

5- ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Para chegar nas quantidades abaixo, foi realizado uma estimativa pela quantidade de iluminação que o município possui, mais a quantidade de locais que o município pertente iluminar, que não possui iluminação e loteamentos que estão sendo executados na municipalidade que serão realizadas as manutenções, após a entrega ao município.



ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
01	Luminárias serão do tipo pública com tecnologia LED, para potência de 100W, com alimentação dos LEDs em corrente contínua (DC), vida útil do conjunto 100.000 horas @L70 com declaração de garantia das luminárias LED, por defeito de fabricação, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos e com certificado ativo conforme Portaria 62 do INMETRO. Conforme Descritivo Técnico.	PÇ	1.500
02	Luminárias serão do tipo pública com tecnologia LED, para potência de 80W, com alimentação dos LEDs em corrente contínua (DC), vida útil do conjunto 100.000 horas @L70 com declaração de garantia das luminárias LED, por defeito de fabricação, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos e com certificado ativo conforme Portaria 62 do INMETRO. Conforme Descritivo Técnico.	PÇ	500
02	Braço curvo para luminária, confeccionado em tubo SAE 1010/1020, com sapata com fixação por parafusos/ chumbadores/ abraçadeiras, com encaixe pata luminária de 48mm à 60,30mm, comprimento do braço de 3.000mm, diâmetro externo 48mm, parede do braço de 3,40mm, acabamento galvanizado à fogo.	PÇ	500
03	Cabo de Cobre flexível, tipo PP (tripolar), sessão 3 X 2,5 mm², isolação PVC; classe de tensão: 0,6/1kV; temperatura: 70°c; atendimento: normas ABNT/NBR-NM 280 e ABNT/NBR - 13249.	M	3.000
04	Rele Fotoelétrico para comando automático de iluminação, com potência de 1.000w e tensão em 220v, caixa de montagem em policarbonato, de alto impacto, graus de proteção ip-67, com base para fixação e instalação de relé fotoelétrico ou fotoeletrônico, fixação por parafusos, corpo em polietileno, contatos em latão estanhado.	PÇ	1.500
07	LAMPADA TUBULAR A VAPOR SODIO COM POTENCIA NOMINAL DE 100W, TEMPERATURA DE COR DE 2.000K, BASE DE SOQUETE E-40. lâmpada tubular a vapor sódio com potência nominal de 100w, temperatura de cor de 2.000k, base de soquete e-40, com vida mediana mínima de 32.000 horas, fluxo luminoso mínimo de 9.500 lm, eficiência luminosa mínima de 95 lm/w, IRC ≥20, corrente da lâmpada de 1,20a, tensão de pulso de 2,8kv a 4,5kv. garantia mínima de 24 meses. CERTIFICAÇÃO INMETRO/ ENCE - CERTIFICADA PELA PORTARIA 483 DO INMETRO.	PÇ	500
08	REATOR A VAPOR DE SODIO ALTA PRESSAO EXTERNO PARA LAMPADA VAPOR SODIO DE 100W. reator a vapor de sódio alta pressão externo para lâmpada vapor sódio de 100w, reator pintado, tensão 220v/60hz, corrente de rede de 0,55a, perda máxima de 14w, fator de potência mínimo de 0,93, tensão de pulso de 2,8kv a	PÇ	500



	4,5kv. CERTIFICAÇÃO INMETRO/PROCEL. EM		
	CONFORMIDADE COM A PORTARIA 35 DO INMETRO.		
09	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE LUMINARIA E INSTALAÇÃO DE LUMINARIAS DE LED, Serviço executado por empresa especializada, com veículo do tipo caminhão equipado com cesto aéreo isolado para tensão de 60kV, com 1 motorista/ eletricista e 1 eletricista, devidamente capacitados.	nonto	1200

6 - LEVANTAMENTO DO MERCADO

O levantamento de mercado consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. Após a verificação do objeto demandado e dos requisitos da contratação, realizou-se o levantamento de mercado e identificou-se as seguintes características:

- I O objeto demandado possui contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, ou seja, não se trata de demanda exclusiva ou estranha para o mercado;
- II Em razão da baixa complexidade do objeto demandado não será necessário a realização de audiência e/ou consulta pública, junto ao mercado para coleta de contribuições;
 - III Não se aplica a hipótese de locação dos bens demandados.
- IV Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades do órgão. Não se observou maiores variações quanto à execução do objeto no que se refere ao papel da empresa a qual se pretende contratar.
- V A aquisição dos materiais objeto do presente Estudo Técnico Preliminar se constitui, no atual cenário, em objeto de frequente aquisição por órgãos públicos, em todas as suas esferas.
- VI Verifica-se a ampla disponibilidade de empresas aptas ao fornecimento dos materiais a serem adquiridos, conforme os requisitos estabelecidos neste documento.

 Tendo em vista a necessidade de instalação de novas luminárias e a manutenção nas

luminárias existentes, bem como a necessidade da continuidade do serviço público

prestado pelo município e o objeto demandado ser considerado como COMUM.



7 – ESTIMATIVA DE VALORES

A Lei 14.133 de 01 de abril de 2021, em seu art. 23, § 1°, aduz que a aquisição deverá obedecer ao rol taxativo de pesquisa de mercado baseado em seus incisos, de forma a cumprir a ordem sequencial descrita, garantindo, assim, que o poder público identifique um parâmetro para o valor médio de mercado em relação aos itens descritos.

Em pesquisa de licitação de outros municípios, foi possível verificar uma variação de custo no que tange valores muito alto e valores muito baixa, neste sentido optou-se para ter como referência de custo de mercado dados de tabelas oficiais atualizadas, como SINAP e CDHU, para ter uma estimativa de valor aproximado.

Os valores coletados são de itens similares aos da tabela, que ao serem cotados pelo setor de compras provavelmente vai chegar próximo do custo abaixo, podendo ser maior, levando em consideração que geralmente utilizamos esses itens em obras com aplicação de BDI, e os valores abaixo encontra-se sem BDI.

Diante desta situação chegamos ao valor estimado de R\$ 1.307.149,00 (Um milhão trezentos e sete mil e sento e quanta e nove reais).

Item	Descrição	Unid	Quant.	Valor CDHU	Valor SINAP	Média	TOTAL
01	Luminárias serão do tipo pública com tecnologia LED, para potência de 100W, com alimentação dos LEDs em corrente contínua (DC), vida útil do conjunto 100.000 horas @L70 com declaração de garantia das luminárias LED, por defeito de fabricação, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos e com certificado ativo conforme Portaria 62 do INMETRO. Conforme Descritivo Técnico.	PÇ	1.200	R\$ 779,03	R\$ 316,72	R\$ 547,87	R\$ 657.444,00
02	Luminárias serão do tipo pública com tecnologia LED, para potência de 80W, com alimentação dos LEDs em corrente contínua (DC), vida útil do conjunto 100.000 horas	PÇ	500	CDHU não possui esse material	R\$262,66	R\$262,66	R\$ 131.330,00



	@L70 com declaração de garantia						
	das luminárias LED, por defeito de						
	fabricação, pelo prazo mínimo de						
	05 (cinco) anos e com certificado						
	ativo conforme Portaria 62 do						
	INMETRO. Conforme Descritivo						
	Técnico.						
	Braço curvo para luminária, confeccionado em tubo SAE						
	1010/1020, com sapata com fixação			Co	tação		
	por parafusos/ chumbadores/				328,46	D# 200 46	DΦ
02	abraçadeiras, com encaixe pata	PÇ	500		NAP/SICR	R\$ 328,46	R\$
	luminária de 48mm à 60,30mm,			O não po	ssuem esse		164.230,00
	comprimento do braço de 3.000mm,			ma	terial		
	diâmetro externo 48mm, parede do						
	braço de 3,40mm, acabamento						
	galvanizado à fogo.						
	Cabo de Cobre flexível, tipo PP						
	(tripolar), sessão 3 X 2,5 mm²,						70.0
03	isolação PVC; classe de tensão:	M	3.000	R\$7,03	R\$7,67	R\$ 7,35	R\$
	0,6/1kV; temperatura: 70°c;					·	22.050,00
	atendimento: normas ABNT/NBR-						
	NM 280 e ABNT/NBR - 13249.						
	Rele Fotoelétrico para comando						
	automático de iluminação, com						
	potência de 1.000w e tensão em						
	220v, caixa de montagem em						
	policarbonato, de alto impacto,						R\$
04	graus de proteção ip-67, com base	PÇ	1.500	R\$67,18	R\$58,23	R\$ 62,71	94.065,00
	para fixação e instalação de relé						,
	fotoelétrico ou fotoeletrônico,						
	fixação por parafusos, corpo em						
	polietileno, contatos em latão						
	estanhado.						
	LAMPADA TUBULAR A VAPOR						
	SODIO COM POTENCIA						
	NOMINAL DE 100W,			Co	tação		
	TEMPERATURA DE COR DE				32,36		
07	2.000K, BASE DE SOQUETE E-	PÇ	500		INAP/SICR	R\$32,36	R\$
,	40. lâmpada tubular a vapor sódio	÷ ¥	200				16.180,00
	com potência nominal de 100w,			O não possuem esse material			
	temperatura de cor de 2.000k, base						
	de soquete e-40, com vida mediana						
1981	mínima de 32.000 horas, fluxo						



		Total					R\$ 1.307.149,00
10	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE LUMINARIA E INSTALAÇÃO DE LUMINARIAS DE LED, Serviço executado por empresa especializada, com veículo do tipo caminhão equipado com cesto aéreo isolado para tensão de 60kV, com 1 motorista/ eletricista e 1 eletricista, devidamente capacitados.	Serv/ ponto	1200	Composição 01 e 2 R\$ 12		R\$ 122,45	R\$ 146.940,00
09	REATOR A VAPOR DE SODIO ALTA PRESSAO EXTERNO PARA LAMPADA VAPOR SODIO DE 100W. reator a vapor de sódio alta pressão externo para lâmpada vapor sódio de 100w, reator pintado, tensão 220v/60hz, corrente de rede de 0,55a, perda máxima de 14w, fator de potência mínimo de 0,93, tensão de pulso de 2,8kv a 4,5kv. CERTIFICAÇÃO INMETRO/PROCEL. EM CONFORMIDADE COM A PORTARIA 35 DO INMETRO.	PÇ	500	R\$85,02	CDHU não possui esse material	R\$ 85,02	R\$ 42.510,00
08	Kit cinta circular para fixação de braço galvanizado para iluminação pública, em poste de concreto circular, diâmetro mais usuais 180, incluso kit de parafuso, porca e arruela	PÇ	1000	CDHU não possui esse material	32,40	32,40	R\$ 32.400,00
	luminoso mínimo de 9.500 lm, eficiência luminosa mínima de 95 lm/w, IRC ≥20, corrente da lâmpada de 1,20a, tensão de pulso de 2,8kv a 4,5kv. garantia mínima de 24 meses. CERTIFICAÇÃO INMETRO/ ENCE - CERTIFICADA PELA PORTARIA 483 DO INMETRO.						

Composição 01/SERVIÇO/PONTO (SOMENTE LUMINARIA)



Item	Código	Descrição	UND	Coeficiente	Valor Item	Valor Total	
01	5228 - SINAP	Guindauto MUNCK M-640/18 com lança telescópica capacidade 3750 kg	Н	0,2388	R\$ 277,02	R\$ 66,15	
02	88264 - SINAP	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Н	0,2381	R\$ 36,72	R\$ 8,74	
03	88247 - SINAP	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Н	0,2381	R\$ 28,68	R\$ 6,83	
	TOTAL						

	Composição 02/SERVIÇO/PONTO (LUMINARIA COM BRAÇO E FIAÇÃO)						
Item	Código	Descrição	UND	Coeficient e	Valor Item	Valor Total	
01	5228 - SINAP	Guindauto MUNCK M-640/18 com lança telescópica capacidade 3750 kg	Н	0,2388	R\$ 277,02	R\$ 66,15	
02	88264 - SINAP	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Н	1,4837	R\$ 36,72	R\$ 54,48	
03	88247 - SINAP	AUXILIAR DE ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Н	1,4837	R\$ 28,68	R\$ 42,55	
	TOTAL						

8 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO



Contratar empresa capacitada tecnicamente e que forneça o material solicitado para a perfeita execução e garanta o funcionamento de sistema de iluminação municipal.

9 - JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

O eventual parcelamento poderia gerar aumento de preços por perda de escala e ensejaria dispêndio de recursos com contratações sucessivas ou eventuais, e a diversificação da contratação poderá gerar atraso na execução do serviço, tendo em vista que o contratado para prestação da mão de obra que seria o responsável pela instalação da luminária, ficaria dependendo do fornecedor realizar a entrega, principalmente nos casos que não haja estoque para suprir o serviço. Sendo essa a visão da parte técnica, ficando o setor jurídico ou administrativo, caso tenha um posicionamento contraria decidir qual seria a melhor forma de proceder com a contratação.

10 - DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

A Lei 14.133 de 01 de abril de 2021, em se art. 5°, preconiza um rol de princípios na qual a administração pública deve embasar todos seus atos.

Em se tratando da busca pela eficiência e eficácia, que é mister nos processos licitatórios, a administração deve procurar pela melhor solução de forma competente, evitando ao máximo as perdas. Outro princípio que se mostra interessante, descrito no mesmo artigo supracitado, é o da economicidade, que revela a procura pela solução mais vantajosa para a administração.

Então, a viabilidade deste estudo técnico preliminar verifica-se pela economia no valor da contratação, na eficiência com a diminuição dos custos da administração, atendendo adequadamente as demandas formuladas, os benefícios a serem alcançados são adequados, e os custos previstos são compatíveis e caracteriza uma economicidade, os riscos envolvidos são administráveis.

Assim, considerando as informações do presente ETP, entende-se que a presente contratação, se configura tecnicamente viável.



11- PROVIDÊNCIAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Não se configura necessária a elaboração de cronograma para adequação de ambientes visando o início da execução do objeto.

O objeto da presente contratação não apresenta peculiaridades que justificam a necessidade de capacitação constante de servidores.

Não serão necessárias providências previamente à celebração do contrato.

12 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Considerando a natureza e emprego dos itens que se pretende adquirir na presente contratação, não há contratações correlatas e /ou interdependentes.

13- POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E TRATAMENTOS

Este serviço de mão de obra não gerará impactos negativos ao meio ambiente. Os resíduos gerados pela utilização dos insumos e materiais elétricos, bem como suas embalagens onde estão acondicionados, quando as possuírem, serão devidamente descartadas e destinadas de forma ambientalmente correta.. Como forma de adquirir produtos e usá-los com menor impacto negativo, minimizando a poluição ou agressão exagerada ao meio ambiente, a licitante deverá apresentar no momento da habilitação, cópia(s) de certificação(ões) emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por outro meio de prova equivalente que ateste medidas sustentáveis adotadas pela empresa, tais como uso de materiais recicláveis na embalagem dos produtos, reúso de recursos hídricos provenientes do processo produtivo, entre outros, nos termos do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, da Câmara Nacional de Sustentabilidade - DECOR/CGU/AGU - Abril/2020 e Lei 12.305 de 02 de agosto de 2010, que institui a política nacional de resíduos sólidos. Ainda com o foco na sustentabilidade visando diminuir a poluição ou agressão exagerada ao meio ambiente, a Contratada deverá atender os requisitos previstos na Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.



14- RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Diretoria Obras e Infraestrutura Urbana Ivan Alex da Silva